

A pedagogia da alternância e a construção do movimento social dos extrativistas na Amazônia amapaense

Marlo dos Reis¹, Roni Mayer Lomba²

^{1,2} Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Rodovia Juscelino Kubitschek, km 02, Jardim Marco Zero. Macapá - AP. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: marloreis@hotmail.com

RESUMO. O presente artigo tem como objetivo apresentar resultados parciais de estudo realizado em 2017-2018 sobre os movimentos sociais extrativistas no sul do estado do Amapá, especialmente a centralidade da pedagogia da alternância nas lutas e construção da identidade coletiva desses sujeitos. Trata-se de uma pesquisa embasada no materialismo histórico-dialético como enfoque teórico, metodológico e analítico utilizando como instrumento a entrevista com lideranças do movimento extrativista e escolas famílias na região, totalizando dez sujeitos. As principais categorias de análise são “luta de classes”, “identidade camponesa” e “conscientização”. Os resultados do estudo evidenciam a pedagogia da alternância como estratégia central de educação do campo e formação intelectual destes protagonistas, reconfigurando o sentido da luta para a conquista de políticas públicas e direitos sociais. As conclusões explicitam a trajetória dos extrativistas como sujeito social com identidade própria, consciência de classe social construída na luta pela manutenção da floresta nativa como marco de categoria social identitária. Este estudo contribui para o avanço da organização coletiva dos extrativistas e a publicização de sua trajetória e identidade inéditas.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância, Educação do Campo, Movimento Social Extrativista.

The pedagogy of alternation and the construction of the social movement of extractivists in Amapaense Amazon

ABSTRACT. This article aims to present partial results of a study conducted in 2017-2018 on extractive social movements in the southern state of Amapá, especially the centrality of the pedagogy of alternation in struggles and construction of the collective identity of these subjects. This is a research based on historical-dialectical materialism as a theoretical, methodological and analytical approach using as an instrument the interview with leaders of the extractive movement and family schools in the region, totaling ten subjects. The main categories of analysis are 'class struggle', 'peasant identity' and 'awareness'. The results of the study show the pedagogy of alternation as a central strategy of rural education and intellectual formation of these protagonists, reconfiguring the meaning of the struggle for the conquest of public policies and social rights. The conclusions explain the trajectory of the extractivists as a social subject with their own identity, social class consciousness built in the struggle for the maintenance of the native forest as a milestone of social identity category. This study contributes to the advancement of the extractivists' collective organization and the publicization of their unprecedented trajectory and identity.

Keywords: Pedagogy of Alternation, Rural Education, Extractive Social Movements.

La pedagogía de la alternancia y la construcción del movimiento social de extractivistas en la Amazonía amapaense

RESUMEN. Este artículo tiene como objetivo presentar resultados parciales de un estudio realizado en 2017-2018 sobre movimientos sociales extractivos en el estado sureño de Amapá, especialmente la centralidad de la pedagogía de la alternancia en las luchas y la construcción de la identidad colectiva de estos sujetos. Esta es una investigación basada en el materialismo histórico-dialéctico como un enfoque teórico, metodológico y analítico que utiliza como instrumento la entrevista con los líderes del movimiento extractivo y las escuelas familiares en la región, con un total de diez temas. Las principales categorías de análisis son 'lucha de clases', 'identidad campesina' y 'conciencia'. Los resultados del estudio muestran la pedagogía de la alternancia como estrategia central de la educación rural y la formación intelectual de estos protagonistas, reconfigurando el significado de la lucha por la conquista de las políticas públicas y los derechos sociales. Las conclusiones explican la trayectoria de los extractivistas como un sujeto social con su propia identidad, la conciencia de clase social construida en la lucha por el mantenimiento del bosque nativo como un hito en la categoría de identidad social. Este estudio contribuye al avance de la organización colectiva de los extractivistas y a la publicidad de su trayectoria e identidad sin precedentes.

Palabras clave: Pedagogía de Alternancia, Educación Rural, Movimientos Sociales Extractivos.

Introdução

A educação do campo tem uma marca significativa que é a pedagogia da alternância que completa 50 anos na realidade brasileira desde a criação da primeira Escola Família (EFA) no estado do Espírito Santo em 1969 (Nosella, 1977).

As EFAS amadureceram historicamente a pedagogia da alternância e difundiram esta experiência pedagógica para outros níveis de formação dos trabalhadores, chegando ao ensino superior por meio das licenciaturas em educação do campo (LEDOC) que completaram 10 anos em 2018 desde a institucionalização das primeiras universidades federais que abriram esses cursos de formação de professores para as escolas do campo.

Este artigo apresenta dados parciais de pesquisa realizada em 2017-2018 para elaboração de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O estudo é composto pelo embasamento histórico e conceitual dos movimentos sociais do campo e também pelas vozes de suas lideranças constituídas, principalmente seus novos sujeitos - mulheres e juventude camponesa - a fim de compreender os desafios enfrentados no sul do Amapá em termos de organização

política e como são articuladas suas demandas.

No bojo destas demandas os camponeses extrativistas deste território alçam a educação do campo que assume a pedagogia da alternância como uma característica que marca as EFAs há mais de 30 anos e a LEDOC há 10 anos, sendo que o objetivo do estudo é analisar a pedagogia da alternância nas lutas coletivas e na construção da identidade destes sujeitos e suas organizações e movimentos sociais.

No cenário brasileiro o movimento social tem o MST e a CONTAG como seus maiores protagonistas, ao passo que na Amazônia estes sujeitos coletivos são ladeados pelo CNS. No Estado do Amapá, a preponderância do CNS e a inexistência do MST configuram o movimento social com uma característica específica, ao que Filocreão afirma que “nesse quadro de conflitos os índios, seringueiros, castanheiros e outros camponeses agroextrativistas emergem como novos atores políticos” com novas organizações (2014, p. 63).

Destas novas organizações que surgem dentre as populações tradicionais, os extrativistas do sul do Amapá serão os sujeitos desta pesquisa, por meio da participação de dois grupos específicos,

suas lideranças e os novos sujeitos camponeses, a saber, as mulheres e a juventude, com atuação destacada no universo de protagonistas camponeses.

Cada grupo camponês tem características próprias, identidades diferentes. Com isso começou a dar mais atenção a essa diversidade e a buscar um tratamento diferenciado a cada uma delas – indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas, seringueiros, faxinalenses, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, assentados, ribeirinhos, acampados, sem terra, atingidos pela mineração, atingidos pelos grandes projetos, camponeses tradicionais, atingidos por barragens, migrantes, pequenos agricultores, juventude camponesa, coletivos de mulheres - e muitas outras mais. Muitos destes grupos e comunidades são qualificados como comunidades tradicionais. Uma das características que os distingue é o uso comum da terra onde vivem e trabalham. (CPT, 2010, p. 1).

Como todo conhecimento brota de uma prática social, este trabalho assume como base epistemológica o materialismo histórico referenciado em Marx e Engels (2009) e se propõe a debater como ocorre a luta de classes neste território, reconhecendo a voz destes sujeitos coletivos dos movimentos sociais do sul do Amapá para compreender como estes se organizam e lutam por um bem coletivo.

As entrevistas foram realizadas por meio de uma conversa guiada por questionários semiestruturados e a análise

da realidade e dos sujeitos da pesquisa é ancorada na abordagem qualitativa, dialogando com autores como Demo (1995), Minayo (2002) e Turato (2004), em estreita ligação com o referencial teórico e baseada no materialismo histórico e orientação dialética, pois,

Se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo de significados ... Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou objetos sociais apresentam. (Minayo, 2002, p. 24-25).

Este artigo está estruturado em três seções que são: Introdução, Desenvolvimento (Antecedentes históricos, Caminhos da Pesquisa, As vozes dos extrativistas na defesa da floresta em pé) e Considerações.

Antecedentes históricos

A ocupação humana do atual território brasileiro tem início com a chegada dos povos indígenas desde tempos remotos, com datações comprovadas a mais de 10 mil anos e algumas teses apontam para mais de 60 mil anos. A ocupação territorial modificou-se violentamente com a chegada dos europeus no sec. XVI (principalmente portugueses) que provocou o genocídio de 3 a 5 milhões

de seres humanos e impôs a cultura eurocêntrica sobre as terras e gentes conquistadas além de tentar anular a história vivida e reiniciar de um ponto zero considerado como “descobrimento”. (Ribeiro, 2010).

O estado do Amapá nasce da disputa pelas terras amazônicas entre holandeses, ingleses, franceses e portugueses, sendo que estes se estabeleceram como senhores do vale amazônico na segunda metade do séc. XVII. Na era pombalina (1750-1777) foram construídas fortificações para garantir a posse, investimentos na exploração do ouro e a tentativa de produção agrícola em escala comercial com a vinda de colonos açorianos.

O Império colonial português utilizou indígenas e principalmente negros africanos como mão de obra escravizada, do séc. XVI ao XIX, garantindo o domínio e exploração do território brasileiro e a produção de mercadorias para o mercado europeu. Lançava assim as bases da sociedade brasileira: monocultura, latifúndio e escravidão que produziram o racismo, a violência e desigualdade.

Mas a marcha da colonização portuguesa não ocorreu sem resistência e lutas dos indígenas e africanos. As guerras, levantes, fugas, mocambos, quilombos e nomes como Sepé Tiaraju e Zumbi dos Palmares em nossa historiografia oficial

dão conta desta postura rebelde e reativa das populações e grupos.

É nessa postura ativa e coletiva de indígenas e africanos em luta contra o extermínio, a escravidão e a submissão que se situa a experiência fundante do que será denominado “movimentos sociais” pelos teóricos na década de 1960 (Castells, 1980; Touraine, 1994).

No final do séc. XIX o ciclo da borracha vai incluir esta porção fronteira no cenário nacional e internacional, com o início da intervenção norte-americana na Amazônia e o surgimento do coronelismo, tendo como exemplo o coronel José Júlio que construiu um império no Jarí se tornando um dos maiores latifundiários do mundo, com propriedades que atingiram mais de três milhões de hectares (Filocreão, 2014).

No século XX as tentativas de integração da região amazônica trouxeram grandes empreendimentos públicos e privados que só fizeram piorar as condições dos trabalhadores, seringueiros, extrativistas e agricultores amazônidas, aumentando a tensão e os conflitos existentes na região. Segundo Filocreão, estes camponeses como novos atores políticos

... através das suas alianças com os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, vão ter poder de pressão e voz junto a um estado que

se democratiza. Dessa luta de resistência ... surge como principal proposta a implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia. (Filocreão, 2014, p. 63).

No bojo deste movimento, na comoção mundial provocada pelo assassinato do líder Chico Mendes (AC) em 1988, organismos nacionais e internacionais pressionaram o governo brasileiro que foi obrigado a dar uma resposta e oficializou a criação das Reservas Extrativistas em Decreto de 1990, garantindo as lutas históricas dos extrativistas conforme afirma Filocreão:

Nesse processo histórico, se constituiu e vem se fortalecendo uma economia agroextrativista na região, onde a exploração agrícola através do cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão, associado à coleta de produtos como a castanha, o açaí, resinas, cipós vem garantindo a sobrevivência de um contingente populacional significativo e garantindo a manutenção da floresta em pé nas unidades de uso especial que foram criadas. (2014, p. 132)

Estas lutas dos povos do campo, das águas e florestas da Amazônia amapaense constituíram uma situação muito específica em relação à proteção ambiental, pois 72% do território amapaense é formado por áreas protegidas. Nesta condição específica, os camponeses praticam agricultura de subsistência e obtém do extrativismo a maior quantidade de

elementos necessários para sua reprodução material e cultural. Também a sua organização social apresenta um modo de ser que difere das demais regiões brasileiras, corroborando as palavras de Marx (2009) que define a identidade, o como eles são realmente, a partir de como agem, como produzem materialmente, como trabalham em determinadas condições materiais que muitas vezes não dependem da sua vontade.

O sul do Amapá tem sua origem e identidade centrada nas áreas protegidas e nas lutas dos camponeses extrativistas e esta característica os aproximou das lutas dos seringueiros do Acre e o distanciou dos demais movimentos sociais do cenário brasileiro.

A gênese deste movimento aponta para a atuação da Igreja Católica, a organização em um Sindicato unificado em todo o Território do Amapá (SINTRA) como embriões dessa organização dos extrativistas do sul do Amapá. A Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o SINTRA tiveram atuação em todos os municípios do então Território e hoje Estado do Amapá.

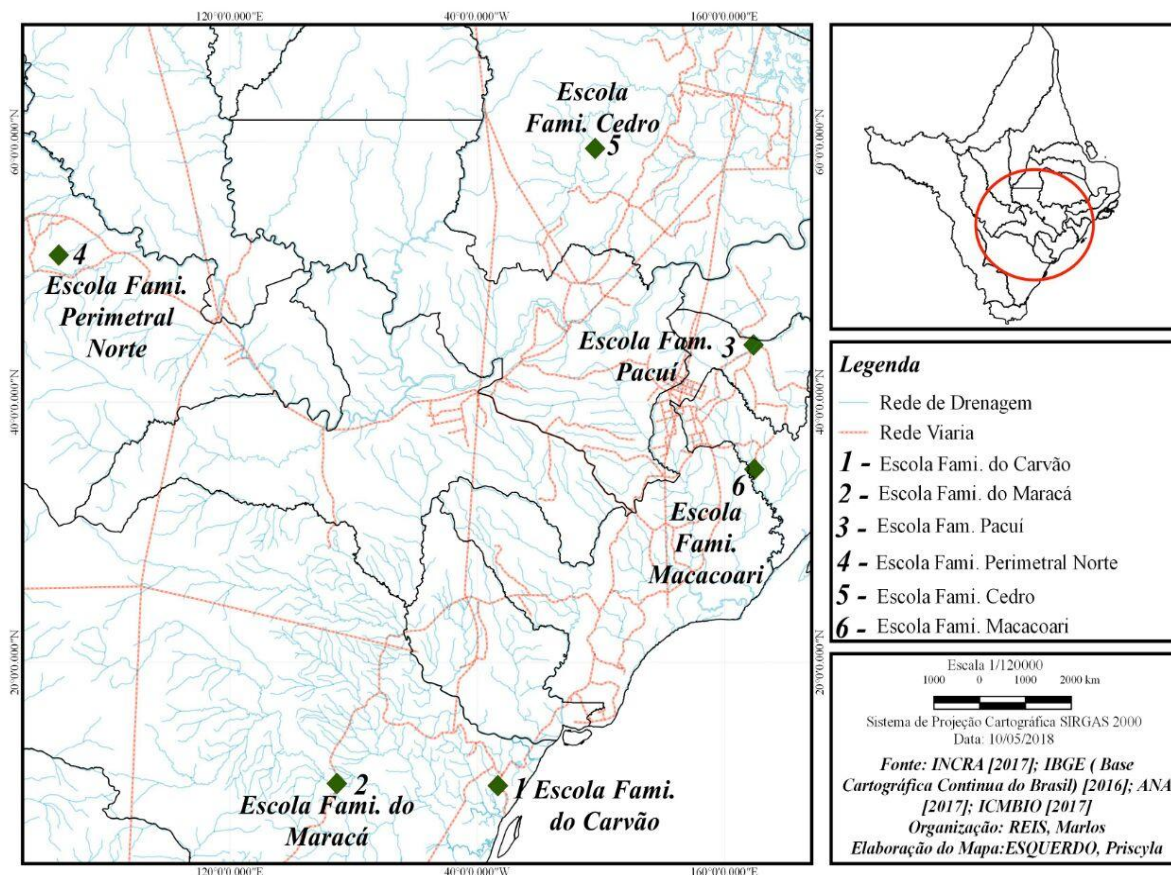
A luta pela manutenção do direito de coletar, caçar, pescar e trabalhar em suas terras empodera os povos da floresta que criam, em Encontro Nacional no ano de 1985, o Conselho Nacional dos

Seringueiros da Amazônia – CNS, hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas (conservando a sigla CNS), que teve sua atuação orgânica no sul do Estado, em virtude da preponderância dos extrativistas e da conquista de suas áreas protegidas. Suas lideranças investiram na formação como um elemento fundamental da organização e a Pedagogia da Alternância como estratégia de formação e escolarização. Como consequência desta decisão, o estado do Amapá tem as Escolas Famílias (EFAS) e a Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) na

Universidade Federal do Amapá entre suas conquistas.

As Escolas Família foram criadas pelo movimento social para preencher a ausência das escolas públicas no campo amapaense e proporcionar uma proposta educacional com qualidade social referenciada na cultura e nas necessidades dos extrativistas e de suas comunidades conforme o Mapa 1.

Mapa 1 – Escolas Família do Amapá em 2018.



Fonte: Esquerdo, P. A. (2018).

Estas seis Escolas Famílias estão localizadas nos municípios de Mazagão (Escola Família Agroextrativista do Carvão - EFAC e Escola Família Agroextrativista do Maracá - EFAEXMA), Macapá (Escola Família Agrícola do Pacuí - EFAP), Pedra Branca do Amapari (Escola Família Agroextrativista da Perimetral Norte - EFAPEN), Tartarugalzinho (Escola Família Agroextrativista do Cedro - EFACEE) e Itaubal (Escola Família Agroecológica do Macacoari - EFAM) (Sousa, 2016).

As EFAS do Amapá surgem na década de 1990 num esforço conjugado entre as lideranças sindicais e religiosas, aportando inicialmente recursos internacionais e sendo erguidas em mutirão pelos camponeses dos territórios. A primeira, EFAP, foi organizada em região de forte cultura agrícola e expressa essa ênfase num currículo voltado para a agricultura desde sua nascente. As demais vivenciam a tensão entre a matriz agrícola na origem das EFAS e a realidade e cultura dos extrativistas dos territórios, o que vai moldar a proposta e o desenho curricular, bem como a identidade destas escolas agroextrativistas (EFAC, EFAEXMA, EFAPEN e EFACEE) e agroecológica (EFAM). Assim, a pedagogia da alternância possibilita o surgimento de ineditismo na identidade das escolas e dos próprios

camponeses extrativistas em suas lutas e empoderamento.

A Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, desde 2009 tem uma atuação significativa na área da Educação do Campo, como parceira das Escolas Família em diversos projetos, com atuação e pesquisas junto ao PRONERA e assento neste colegiado estadual, além de atuar no Comitê de Educação do Campo em âmbito estadual.

Nos campus de Laranjal do Jari (2009) e Mazagão (2010) foram desenvolvidos duas Turmas de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Física e Biologia, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO. O curso foi iniciado em 2009 e atendeu 120 educadores do campo amapaense que realizaram sua primeira Licenciatura em cumprimento à legislação brasileira que garante o acesso diferenciado e o currículo referenciado na cultura e na realidade das comunidades do campo em sua heterogeneidade e peculiaridade.

Em 2014 a Licenciatura em Educação do Campo iniciou suas atividades como curso permanente no Campus Mazagão após aprovação no Edital nº 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC, tendo

realizado 04 ingressos totalizando 320 acadêmicos até a presente data. Com a alternância pedagógica alicerçada em seu Plano de Curso (PPC), esta LEDOC se apresenta como espaço de consolidação e fortalecimento da Política de Educação do Campo da UNIFAP para os camponeses extrativistas do sul do estado e demais regiões.

Esta luta dos extrativistas da Amazônia amapaense moldou os territórios do sul do estado (áreas protegidas) e definiu a identidade de suas organizações e movimentos sociais (CNS), bem como suas escolas (EFAS) e demandas por ensino superior (LEDOC) onde a Pedagogia da Alternância constitui o amálgama desta construção identitária.

Caminhos da pesquisa

Como a luta de classes tem assumido contornos próprios no campo brasileiro ao longo do processo histórico, pesquisar os movimentos sociais no sul do Amapá implica em considerar a exploração histórica que tem se perpetuado e a resistência coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras na defesa de seus direitos a terra, à vida, a educação e a autodeterminação.

A pedagogia da alternância vivenciada pelo movimento social no sul amapaense não pode ser interpretada de

forma isolada do contexto do país ou do mundo globalizado, pois as relações que aqui se materializam manifestam ecos de redes distantes compostas por um emaranhado de relações interligadas (Castells, 1980; Santos, 1996).

Este estudo parte da concretude do trabalho e da organização dos camponeses em seus espaços de atuação e lutas, tendo como base teórica o materialismo histórico-dialético embasado na obra *A Ideologia Alemã* de Marx (2009). Como todo conhecimento brota de uma prática social, este trabalho assume como base epistemológica o materialismo histórico referenciado em Marx e Engels e se propõe a debater como ocorre a luta de classes no território, partindo das falas dos sujeitos coletivos dos movimentos sociais do sul do Amapá.

Após a realização de estudo bibliográfico e pesquisa documental, visitas nas áreas protegidas, reuniões e entrevistas com as lideranças do CNS e das EFAS a fim de verificar as vozes desses sujeitos sociais que raramente são percebidos dentro das pesquisas.

Para a análise da realidade e dos sujeitos da pesquisa a abordagem é qualitativa, ancorada em autores como Chizzotti (2009), Demo (1995), Minayo (2002) e Turato (2004), em consonância

com o referencial teórico do materialismo histórico e dialético.

Os sujeitos desta pesquisa são lideranças do CNS e das EFAS e seus significados e representações referenciam relatos que foram construídos pela ação e reflexão no cotidiano das lutas e tensões da dinâmica social de suas comunidades (Gohn, 2011).

As entrevistadas foram realizadas no período de julho/2017 a janeiro/2018 com dez lideranças ligadas ao CNS e outras organizações sociais das comunidades, com representantes da Nacional, dos setores do Estado (juventude e mulheres), das associações, EFAS e comunidades. Foram entrevistados seis representantes adultos e quatro jovens, em consonância com os objetivos do estudo, assim como duas representantes mulheres, sendo uma jovem e uma adulta.

Como as falas dos sujeitos da pesquisa envolvem situações vividas, conflitos e, até mesmo processos judiciais e criminais, seus nomes serão substituídos por pseudônimos para proteger suas identidades e integridades. Seus nomes foram substituídos por árvores da Amazônia, símbolos de resistência e risco de extinção: Açaizeiro, Angelim, Buriti, Castanheira, Ipê, Jequitibá, Massaranduba, Mogno, Samaúma e Ucuúba.

As comunidades do Carvão, Maracá e Igarapé do Lago Maracá ficam no município de Mazagão, sendo que a Água Branca do Cajari pertence a Laranjal do Jari, enquanto a comunidade de Santa Rita, no Rio Muriacá, é território de Vitória do Jari, os três municípios que compõem a região sul do Estado.

As lideranças Ipê e Angelim fizeram parte de toda a luta de organização dos extrativistas desta região desde a década de 1970 e protagonizaram as etapas de mobilização, conquista e gestão das estruturas sociais, tendo lutado ao lado de Chico Mendes e viajado pelo Brasil e pelo Amapá neste processo organizativo da categoria e suas falas retratam a memória histórica do CNS e EFAS.

Os líderes Açaizeiro, Buriti e Mogno representam a segunda geração de lideranças e atuam desde os anos 1990, sendo herdeiros dos pioneiros e estão hoje coordenando o CNS e as associações de suas comunidades. Vivenciaram a conquista dos pais e trabalham há três décadas na gestão das organizações e movimentos sociais.

Já as lideranças Samaúma, Ucuúba, Castanheira, Jequitibá e Massaranduba são jovens que estão atuando no período recente, tendo assumido cargos de coordenação nos últimos 05 anos, em virtude de sua pouca idade.

As entrevistas foram realizadas com as lideranças por meio de uma conversa guiada por questionários semiestruturados. É uma técnica muito utilizada e adequada para se conseguir informações, composta por questões organizadas num roteiro feito de “uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista”. (Laville & Dionne, 1999, p. 188) para possibilitar a comunicação do máximo de informações e dados no contato com cada sujeito da pesquisa.

A interação entre sujeitos em uma troca que possibilite a construção de conhecimentos se apresentada de forma coerente com os objetivos deste estudo que se debruça também sobre as questões da juventude e mulheres, pois, no dizer de Bauer,

Dentro destes grupos será necessário levar em consideração se tais características como gênero, idade e educação seriam relevantes ou não. Sabe-se, por exemplo, que embora os homens tendam a aceitar mais as novas tecnologias que as mulheres, a relação com a idade não é tranquila. Uma vez mais o pesquisador terá de tomar algumas decisões entre os benefícios de se pesquisar determinados segmentos e os custos de se ignorar outros. (2002, p. 70).

Assim, este estudo assume as questões de idade, gênero e educação como relevantes e elege como critério de seleção amostral das lideranças dos movimentos sociais que serão entrevistadas a garantia

da presença de representantes da juventude, de mulheres em virtude da invisibilidade dispensada a estes grupos em diferentes espaços e publicações.

Como as organizações sociais são espaços de hegemonia masculina e de adultos, eleger as mulheres e os jovens como protagonistas desta pesquisa implica em enfrentar o silenciamento e abrir espaços de empoderamento na academia e no interior do movimento social. É uma demanda pertinente por focar sujeitos sociais que são inferiorizados mesmo dentro dos grupos mais excluídos da sociedade.

Dentro das relações de classe se impõem também relações de gênero e geração, questões de educação e cultura, imbricadas num amálgama complexo e multifacetado. Entender esta realidade pode jogar luzes para o processo de construção do desenvolvimento para as populações camponesas e o conjunto da sociedade.

As vozes extrativistas na defesa da floresta em pé

As vozes e falas das lideranças do CNS e EFAS refletiram e aprofundaram a imbricada relação entre a formação, a pedagogia da alternância e as experiências de construção identitária dos camponeses extrativistas do sul amapaense.

Os sujeitos entrevistados manifestaram diversos elementos que corroboram com esta organização do movimento social no sul do Amapá em sua gênese extrativista. A importância da Igreja Católica como espaço de formação de lideranças voltadas para a realidade é apresentada nas falas a seguir:

Todo esse trabalho de base, a Igreja foi muito forte nesse processo e aqui naquele momento começou-se pelo Estado, no período do regime (militar), a Igreja fazendo todo o trabalho de organização de base, que ajuda na formação dos sindicatos, das organizações, o movimento dos grupos de jovens, a criação do partido (PT), as coisas vão acontecendo todas de uma forma muito articulada, em 1981, acontece a primeira articulação aqui no Estado pelas Escolas Família, ao mesmo tempo que houve a formação das Comunidades Eclesiais de Base, o movimento dos jovens, na Igreja Católica ... O movimento de jovens teve um trabalho fundamental, ali foi a base. (Açaizero, 2017).

Eu não tive acesso a escola, não estudei. O pouquinho que eu aprendi, parte da minha educação vem da comunidade, da igreja, do dia-a-dia, aprendi ler e escrever, e fui aprendendo a ver as coisas, sempre participei da comunidade. (Mogno, 2017).

A partir daí é que vieram algumas oportunidades, os movimentos sociais, as Comunidades Eclesiais

de Base, a partir dos padres e das comunidades começaram o movimento sindical, foi o tempo que começou as discussões. (Angelim, 2017).

A Igreja, o movimento social cresceu bastante, a gente foi vendo que sem organização a gente não podia vencer o poder aquisitivo, o poder concentrado em quem tem o dinheiro e a maioria fica para baixo. Quando eu pude a partir da palavra de Deus, lendo a Bíblia, participando de encontros, o CNS promovendo os encontros, o sindicato rural também aí eu fui me envolvendo nisso. (Buriti, 2018).

A Igreja Católica é apontada em todas as entrevistas como espaço de formação e organização das comunidades, dos trabalhadores, movimentos sindicais e sociais sendo que sua atuação durante a ditadura militar foi muito importante para a resistência e luta pela retomada da democracia e fim do regime de exceção.

A aprendizagem da leitura que pressupõe a ligação da fé com os desafios da vida, a organização sindical e atuação no movimento social, são as bases de uma nova pedagogia no território amazônica (Sousa, 2016).

As falas dos sujeitos entrevistados apontam para a atuação dos padres católicos no trabalho de organização de base com as CEB's, por meio dos estudos bíblicos na perspectiva crítica da Teologia da Libertação que possibilitaram formação

e tomada de consciência das lideranças e toda comunidade. Numa fala sobre a atuação recente da Igreja:

Eu vejo que a igreja é um dos caminhos para voltar para a base, trabalhar a juventude, trabalhar as mulheres, entendeu. Tivemos uma reunião com o bispo e ele dizia que a Igreja católica tem que ir pro movimento, a igreja tem que trabalhar o movimento social, tem que trabalhar a economia solidária, a igreja tem que deixar de ser assistencialista e fazer com que as pessoas que tão lá no assentamento possam buscar um meio de vida e ter uma qualidade de vida mais digna, eu vejo que a igreja hoje tá fazendo um pouco por onde, começando pela criação dessa coordenação de povos e comunidades tradicionais que justamente isso é pra estar mais próximo vendo a demanda da comunidade, da base da igreja e pra estar levando também. (Ucuíba, 2017).

A fala de Ucuíba apresenta elementos que interligam a ação cotidiana com as demandas da comunidade, a qualidade de vida social. Esta atuação é considerada decisiva para a estruturação do movimento sindical, movimento social e do próprio CNS, ao ponto de se confundir a formação e os encontros promovidos pela pastoral, o sindicato e o CNS nas comunidades.

O sul do Amapá foi o território onde os extrativistas iniciaram sua organização política partindo desta nova identidade.

Esta faixa do espaço é também mapeada como região sul dentro da cartografia da gestão estadual e Território da Cidadania para as políticas e programas federais . Esta é a região das áreas protegidas conquistadas pelos extrativistas na década de 1990 (FILOCREÃO, 2014), ou seja, território de luta dos extrativistas organizados no CNS no sul do Amapá.

A nossa finalidade é outra, é viver dos recursos naturais, mas conservar eles e preservar as espécies que tem que ser preservadas. Isso eu aprendi e sempre defendi ... Nós tivemos também a oportunidade de começar a ingressar e começar a trabalhar e enxergar a distância que tinham os governantes e nós começamos a trabalhar para que as autoridades governamentais comessem a reconhecer a nossa classe de verdade. Extrativista. Como as nossas atividades eram tão diferentes, não só a questão agrícola, agricultura era de subsistência, auxiliar à produção extrativista aí que começou a nascer. (Angelim, 2017).

Em 93, após a criação da RESEX, minha formação na Escola Família no Espírito Santo me fez ter uma visão crítica sobre o meio, a proteção do nosso meio, fortalecer o nosso meio. Daí quem forçou a ter uma Escola Família diferente fomos nós do CNS. Porque as Escolas Família todas nasceram agrícola, o que é extremamente compreensível porque vieram com modelo do sul do Brasil, o sindicato vem desse modelo, onde a questão de

floresta, biodiversidade era ignorada no processo. Então deu-se o conflito. Entramos numa contradição danada. Apesar de ter clareza sobre muita coisa, mas em relação das atividades do que eu fazia aqui eu era ignorante. A cabeça ficou encucada. (Açaizeiro, 2017).

Açaizeiro apresenta sua vivência na Escola Família do Espírito Santo como fruto desta “consciência sobre o meio”. A pedagogia da alternância coloca os sujeitos em contato com seu meio de forma crítica e propositiva. Gera crise. Produz desconforto, conflito e insegurança. Conforme Sousa

A proposta pedagógica diferenciada baseia-se em um processo formativo que se dá a partir de espaços e tempos alternados e diferenciados – comunidade e escola – que valoriza o aprender pelo fazer, na medida em que favorece o aprendizado por meio de experiência do cotidiano do educando e pela reflexão a partir da realidade concreta em que este sujeito vive. (Sousa 2016, p. 24).

Nesta reflexão a partir do meio se deram as tentativas de organização dos trabalhadores do sul do Território do Amapá, município de Mazagão, que constituíram o amálgama de uma nova identidade camponesa coletiva: os extrativistas. Uma consciência coletiva que brota do diálogo face a face, entre iguais, se amplia para os sindicatos e organizações institucionais e reclama do Estado e dos

gestores públicos um tratamento diferenciado que considere esta identidade diferenciada. Fernandes (2009) afirma essa recriação criativa do campesinato por meio da luta, pois são parte da classe trabalhadora, sim; agricultores, sim, de subsistência; mas, de forma central e totalizante, extrativistas.

Fez parte deste processo de construção de identidade o contato com Chico Mendes e os companheiros extrativistas do Acre e, ao mesmo tempo, esta nova autoimagem reflete um estranhamento frente ao jeito de ser do “modelo do sul do Brasil” (Açaizeiro), um processo educativo fundado na agricultura, sindicatos nesse perfil e uma crise diante dos extrativistas amapaenses em seu meio. Da ignorância sobre o que se fazia para a convicção de uma irrupção coletiva diversa do restante da classe trabalhadora no cenário nacional.

Este estranhamento diante do restante do país produz um novo sindicalismo (ou a crise do sindicato tradicional como se organizava até então), impulsiona o surgimento de novas Escolas Família que se fundamentam neste caráter agroextrativista, firma a luta de resistência e disputa do território no sul do Amapá na forma inovadora de Reservas Extrativistas e solidifica a base do CNS como movimento social próprio e apropriado

para a defesa dos camponeses extrativistas, os povos da floresta.

Já de 2000 pra cá não, a escola família já entrou, aí o Estado já colocou também o ensino médio na vila Maracá então já tem mais uma participação. Então não era mais aquela coisa a pessoa tá entrando leigo, leigo sem saber escrever. Naquela época nos movimentos o pessoal muitas vezes sabia ler, mas não sabia escrever porque não tinha uma educação mesmo nas comunidades. (Massaranduba, 2018).

Técnicos contratados para viabilizar, mobilizar os técnicos que tinham o melhor perfil para trabalhar nas comunidades, aí fui escolhendo os que tinham passado pela Escola Família, tinham se formado juntos, aí começou o trabalho que durou 05 anos. Eu fiquei um ano e meio, aí começa a minha percepção do papel da floresta, e mostrando a crise que eu tinha trazido da Escola Família ... A equipe era formada por profissionais de um perfil muito mais agrônomo. Como era natural, a turma enveredou, em vez de entrar na questão da biodiversidade, na questão da borracha, castanha, açaí, foram abandonando isso e entrando na questão da agropecuária, da roça, da criação de porcos, da galinha de granja, pelo perfil e eu discordei disso e pedi para sair. O dinheiro do PPG7 não veio para isso, veio para fortalecer a floresta em pé. (Açaizero, 2017).

Nós não podemos perder as nossas origens, a nossa tradição,

os nossos costumes e a fidelidade com nossa classe ... Os técnicos que foram trabalhar nesta área tem que se adequar com os conhecimentos tradicionais e valorizar os moradores daquele território. (Angelim, 2107).

As dificuldades com o perfil dos técnicos contratados começam a produzir uma fissura no tecido já frágil da organização social da rede recém-formada. Libertos dos coronéis, dos patrões, os extrativistas são forçados a criarem novas instituições, com perfil de produção e gestão, numa área em que são completamente inexperientes. Na luta, os padres e as lideranças sociais assessoravam e indicavam os caminhos, mas neste momento, são os burocratas estatais e os técnicos contratados, estranhos à cultura e convívio com eles, que darão as diretrizes.

E os técnicos de perfil “agrônomo” com certeza não consideraram os “conhecimentos tradicionais”, mas impuseram aos extrativistas outras culturas e produções que se chocavam frontalmente com a perspectiva da “floresta em pé”. Capacitação para agropecuária, crédito para iniciar roça e entrar no pacote da agricultura capitalista, que destrói a biodiversidade, vê a floresta como um obstáculo para a monocultura de escala. Sem saber, a classe trabalhadora estava entrando em uma armadilha com

consequências nefastas à sua reprodução material e ao seu modo de vida.

Esta formação que não é enraizada no chão da vida da comunidade e este perfil técnico que não vem de encontro as demandas do território dos camponeses extrativistas impõe pesada crise no processo, pois não contempla os princípios e pilares da pedagogia da alternância (Gimonet, 2007).

O que se pode dizer das autênticas lideranças que não deixaram de acreditar e continuam a impulsionar as ações? E onde estão as novas lideranças tão necessárias para renovar como um sopro o fogo da vitalidade social da classe trabalhadora, dos extrativistas amazônidas? São estas respostas que serão apresentadas por meio das falas das lideranças jovens que começam afirmando que

Atualmente eu acho que o movimento social está tentando reescrever algo que no passado já foi mais ativo. Sempre eu digo que o movimento social hoje ele vive uma terceira geração, na primeira geração eu tenho em mente o Pedro Ramos, o Tomé Belo, o próprio meu pai que era mais ali no local, mas também era uma liderança, (Sabá Marques – Sebastião Marques), que foi o primeiro presidente da associação da escola família do Maracá e que ajudou a fundar a escola também em 1999/2000, mas muito antes dele já tinha essas pessoas (Pedro, Tomé ...) mas assim, de lá prá cá veio a segunda geração foi

o pessoal do Duca, o próprio Joaquim eu considero como segunda geração, e essa terceira geração eu vejo que somos nós que já estamos na frente das associações então eu sempre penso que diante de tudo isso que eles já passaram a gente tem que avaliar e ver o que de bom eles fizeram por nós? Será que a segunda geração deu sequencia no que os outros deixaram? Ou será que nós vamos ter que de certa forma consertar algo que a segunda geração fez de errado? Porque eu lembro que na década de 1980 o movimento social era muito forte na minha região, hoje ele tá fragilizado. Então, de certa forma a gente tem que resgatar isso e que não é fácil hoje. (Ucuíba, 2017).

O jovem Ucuíba está reescrevendo a história do movimento social com sua memória histórica e sua ação militante. Quilombola, extrativista, presidente de associação, uma liderança jovem da “terceira geração”, como o próprio sistematizou. Na fala deste jovem líder é possível traçar a trajetória do movimento de uma forma inédita e carregada de simbolismo: geração, sucessão de pai para filho. Esta percepção embasa a característica determinante apontada por Marx (2009, p. 21) quando fundamenta a trajetória dos trabalhadores na relação “historicamente criada com a natureza” e de uns com os outros, salientando a importância do legado que cada geração recebe de sua predecessora.

A trajetória de Ucuúba é a mesma de centenas de outros jovens extrativistas. Com o pai aprendeu a tirar da floresta o sustento, mas aprendeu mais. Diferente de outros jovens de sua idade ele aprendeu a ler a história da sua classe com a sensibilidade e o compromisso necessários para se erguer e assumir uma liderança em sua comunidade.

Busca na memória um tempo bom, quando o “movimento social era forte”, puxado por lideranças que “passaram por muito” e coisas muito boas fizeram. Fundaram escolas. Eram ativos. E se questiona a si e à segunda “geração” se há uma sequência ou se erros devem ser consertados.

Mas não se acomoda, age. E afirma resolutivo: “A gente tem que resgatar isso!”.

Diretamente desde 2001, quando a gente fala que o jovem hoje tá mais atuante é que na década de 1990 a gente não tinha tanto... o pessoal não dava tanta importância pro jovem, não era tanto a importância, não colocavam ele pra assumir um cargo nem que seja um cargo daqueles como conselheiro fiscal ou suplente, não colocavam devido a idade a não ter maturidade e até porque o jovem naquela época não tinha certo conhecimento se a gente for avaliar a década de 1990 o ensino era praticamente zero aqui na nossa região o pessoal terminava a quarta série normal e isso a gente sabe que um ensino bem

abaixo do esperado então aí o jovem não tinha como estar participando. (Massaranduba, 2018).

Se a Escola Família foi espaço de formação positivo para o líder Ucuúba, a falta de uma educação com qualidade é apresentada pelo jovem Massaranduba como um dos motivos pelos quais estes não tinham participação ativa nas organizações da sociedade. “Ensino bem abaixo do esperado” ou “praticamente zero” era uma realidade que comprometia a participação juvenil.

Afirma-se nestas duas falas uma possível diferença no comportamento da geração jovem nestes dois momentos. Sem educação de qualidade com escolas referenciadas na realidade e na cultura extrativista, sem participação da juventude. Com educação que possibilita a formação da consciência e da militância, jovens atuando e assumindo liderança em sua base.

É possível que a questão da participação juvenil seja bem mais complexa, mas estas percepções manifestadas apontam para uma questão fundamental presente nas falas de todos os entrevistados que será retomada adiante: a educação do campo.

E este aprendizado se deu em grande medida por uma linha estratégica tirada pelo movimento social, o investimento na

dimensão da educação. A estruturação de uma educação para o campo foi um projeto estruturante dos movimentos sociais no campo brasileiro desde os anos 1980/1990. No sul do Amapá foram as Escolas Família a materialização desta prioridade estruturante, conforme os relatos a seguir:

Aí teve um projeto grande da ATEXMA que foi a criação da Escola Família, na qual, na época meu pai me matriculou na Escola Família e a Escola Família é voltada pra realidade das comunidades e dentro das escolas tem a pedagogia da alternância que a gente sabe que é uma pedagogia diferenciada né outra modalidade de ensino, né de educação. (Massaranduba, 2018).

Os entrevistados fazem referência direta às escolas EFAC e EFAEXMA, que se situam no Mazagão e atendem aos jovens do sul do Estado, além das ilhas do Pará.

Conforme afirma Costa (2016, p. 119), a Educação do Campo no Brasil surge da “participação dos trabalhadores organizados para reivindicar e assegurar o direito à educação, a partir da realidade e das necessidades do campo”.

Segue a narrativa de Massaranduba sobre seu processo de liderança jovem

Aí foi que em 2012 eu já fazia parte do movimento social da escola família como tesoureiro da associação aí eu vim numa assembleia, foi justamente no dia que tinha uma assembleia na

comunidade foi que a comunidade me perguntou se eu não tava interessado em ser o presidente da associação aqui do Conceição ... Todo o Igarapé do Lago ele é só uma família, aí veio esse que já foi o primeiro presidente da ATEXMA o Edmundo e disse que tal criar um território quilombola, aí foi discutido e todo mundo disse que é importante que todas as comunidades estejam envolvidas nessa política para o afrodescendente. Aí foi discutido o estatuto e foi que me convidaram pra ser presidente, aí a gente logo no início é um susto né, não tá preparado pra assumir uma responsabilidade tão grande né, mas como a gente já, eu já tinha terminado meu ensino médio, já vinha numa preparação dentro da escola família que ela prepara dentro dos seus instrumentos pedagógicos, aí eu não fui uma pessoa que entrou no movimento cruá, né, no nosso linguajar propriamente dito, aí foi que eu engajei como presidente e estou até o presente momento como presidente da associação, no segundo mandato. (Massaranduba, 2018).

Mais uma liderança moldada na Escola Família, na vivência da pedagogia da alternância e seus instrumentos. Experiência educativa que foi uma escolha estratégica do CNS para a formação dos filhos dos extrativistas. Esta experiência formativa é referência de uma ação de empoderamento dos educandos, desafiando a vivência do protagonismo no seu meio e o engajamento pelo desenvolvimento de

suas comunidades. A questão do território quilombola, a responsabilidade e maturidade, o segundo mandato seguido são pistas de um trabalho aceito e acreditado pela sua base social.

Os camponeses constituem uma complexidade com suas culturas próprias e a necessidade de garantir uma educação do campo que só é possível, por meio de um processo que permita afirmar essa identidade, a suas tradições e culturas inerentes as suas realidades (Gimonet, 2007).

A compreensão da realidade se tece na presença do educando junto com a sua família, onde a partilha dos alternantes constitui suporte essencial para o aprendizado, pois na Alternância é fundamental a participação dos alunos, pais, professores e comunidade (Ribeiro, 2010).

Dessa forma, a Pedagogia da Alternância articula prática e teoria numa práxis, onde o educando vivencia determinado tempo estudando e retorna a sua comunidade, ao convívio familiar, executando as práticas aprofundadas (Ribeiro, 2010).

Outra experiência formativa vivenciada pela juventude do sul do Amapá é a Licenciatura em Educação do Campo ofertada pela Universidade Federal do Amapá no Campus de Mazagão. Com a

intencionalidade do PPC no tripé Estudo-Pesquisa-Extensão na pedagogia da alternância, a jovem Castanheira vivenciou um projeto de extensão que contribuiu com suas escolhas conforme o relato:

O que me ajudou mesmo foi o projeto de extensão que o professor falava que a gente tinha que ter o nosso protagonismo, nos incentivou, aí eu me lembro que quando foi pra mim ser a coordenadora eu fiquei pensando... o professor e a professora falam que a gente tem que ter o nosso protagonismo, aí foi que eu fui! (Castanheira, 2017).

Eu acho que é incentivo, eu durante o curso fui bem incentivada, por isso eu acho que talvez seja isso que tá faltando pra eles, uma capacitação como o professor deu, pra explicar, pra não querer mais ninguém dando a opinião pela gente. A gente tem que expressar nossa opinião, talvez é isso que falta alguém dizer vocês são donos da opinião de vocês, vocês tem que decidir por vocês, vocês tem capacidade pra isso, isso que tá faltando pros jovens da minha comunidade, não só da minha como de todas, é isso. (Castanheira, 2017).

Acho que é fortalecer mais ela, pra eles terem mais o seu protagonismo, não ficarem só ali parada, a juventude tem que ter a sua própria opinião, acho que isso é importante, capacitar para que os jovens cada vez mais tenham a sua opinião, a sua própria decisão, pra falar “não, é isso e isso e isso” pra falar por

eles, que é muito importante. (Castanheira, 2017).

Com a formação recebida, Castanheira sentiu-se empoderada para assumir um cargo de coordenação e representação a nível estadual, se sentindo incentivada pelos professores universitários para se expressar, viver seu protagonismo, tomar suas próprias decisões, acreditar em sua própria capacidade e espalhar isto para os outros jovens de sua comunidade, na esteira do que afirma Castro (2010).

Partindo da experiência de formação nas Escolas Família, na igreja e na universidade, os jovens ampliam sua capacidade de interação e leitura crítica do processo que os cerca, chegando ao ponto de tecerem críticas também ao movimento social, conforme as falas a seguir:

O CNS enquanto Juventude eu não vou mentir tá meio parada as atividades, pelo menos aqui no Estado. Enquanto a Cáritas né, o pessoal hoje em dia tão bem ciente né, pelo menos nas comunidades onde ela anda, tem muito parceiro, no Maracá, eles vão comunicando, vão fazendo ação é importante também ter ação, enquanto CNS não tem chegado nas comunidades, não sei pra fora o presidente é mais nacional né, aí talvez. (Castanheira, 2017).

Pra falar a verdade teve a eleição né, que foi através do grito da

floresta aí que foi decidido que eles iam fazer uma reunião e que ia ter a posse nossa e nada disso aconteceu, eu não sei se tem algum documento especificando que a gente é coordenador ou não, porque não teve posse, a gente foi eleito, mas não teve... Enquanto juventude também eu não sei só em alguma parte... E é filho de extrativista, quem tá lá na escola do Maracá é filho de extrativista... É quem ele tem que representar também. (Castanheira, 2017).

Inclusive os meninos que me cobram muito são os meninos do Bailique, eles ligam e puxam minha orelha, no entanto, eu ainda não tive condições de ir lá com eles sentar pra conversar, pra saber as coisas que eles necessitam mesmo, as demandas deles. Eu tenho contato deles, eu falo por telefone com eles, com a Mauriele que é minha suplente, mas eu ainda não cheguei pra reunir com os jovens e é importante isso no Bailique, não só no Bailique, mas em outras comunidades. (Castanheira, 2017).

A Escola Família prepara para intervir no meio, a igreja desperta a liderança e convida a multiplicar nas comunidades e a universidade desafia a vivência do protagonismo pela pesquisa e extensão. Esta formação recebida fortalece as lideranças jovens que ousam fazer críticas também ao movimento social, pelos espaços vazios, falta de ação e problemas de organização.

Os jovens querem mais, cobram muito, “puxam a orelha” das lideranças e exercem a vigilância própria de quem está na base, mas querem sentar e conversar e resolver suas demandas. Castanheira cobra representação, cobra ação. Como afirma Vieira (1999), os movimentos sociais são sacudidos pela “ascensão da organização das mulheres e da juventude com bandeiras próprias e autonomia”.

Os jovens querem mais e sua voz começa a ser ouvida, o “grito da floresta” perde a timidez e se ergue com altivez e coragem.

A verdade nós a alguns anos viemos fazendo uma avaliação em relação aos grandes movimentos, no caso o CNS, o GTA, na qual prá cá pra nossa região ele não faz um trabalho transparente, né, no qual a gente fez uma avaliação e nunca muda a diretoria do CNS, nunca dão a oportunidade pras novas lideranças, uma pessoa que a gente tem grande respeito é o Pedro Ramos que ele é um dos grandes pessoas que trouxe o movimento aqui pro Estado do Amapá que a gente reconhece, mas as outras, tem o Joaquim que tem um trabalho muito importante mas que pouco tem participação dos outros movimentos, no caso dos núcleos de base, das outras associações que dão suporte ao CNS. Só que a gente reconhece que sem esses movimento a gente tava ainda muito a desejar com as políticas públicas voltadas para o Agricultor Familiar, para o Extrativista e para o quilombola e para os outros segmentos da

sociedade civil. (Massaranduba, 2018).

A juventude apresenta também uma crítica responsável, se incluindo dentro do processo, reconhecendo os elementos positivos, avaliando, valorizando e cobrando transparência. Massaranduba reconhece o trabalho de Pedro Ramos, “grande pessoa” e Joaquim Belo, com trabalho muito importante. Mas aponta uma fragilidade, pouca participação da liderança nacional nos grupos de base, falta de reuniões e assembleias a nível estadual, inexistência de reuniões nas comunidades. Esse é o motivo da crítica. Por outro lado, conclui reconhecendo que sem esses movimentos não haveria as políticas públicas para o extrativista, para o quilombola. Segue o jovem Massaranduba:

A educação do campo ela é um ponto importantíssimo principalmente pras comunidades e pra agricultura familiar em si, falando da escola família por que ela trata de uma pedagogia diferenciada que é voltada pra realidade de cada comunidade e de cada região. Ela tem um papel fundamental com relação a essas políticas publicas pra qual ela possa chegar na comunidade e em relação ao Procampo no qual já existe as grandes intervenções da sociedade civil que conseguiu e não dizer: “- Ah, o governo que quis implantar” Devido as organizações se organizarem porque a gente tem direito a constituição é só uma na

qual lá o pessoal da região sul eles tem direito mas a gente tem o mesmo direito que eles tanto na área urbana quanto na área rural. ... Se a gente for avaliar a cinco anos atrás não tinha nenhum aqui da comunidade com ensino médio completo. Mas hoje a gente já tem pessoas que já terminaram o ensino médio, já fizeram curso técnico profissionalizante, tem outros que tão cursando curso superior, uns já tão terminando, outros iniciaram e a gente tá esperando que haja mais inscrições na qual a gente possa incluir os nossos jovens aqui da comunidade e das outras comunidades também. Da comunidade tem 5 se eu não me engano, tem o Dione que tá quase terminando, tem o Pedro que é da nossa região só que não se associou, mas só aqui do nosso movimento quilombola tem uns 5 ou 6 eu acho. Eu, logo que iniciou, eu me inscrevi só que não fui fazer a prova, aí nas outras inscrições eu não me inscrevi e ainda não tive oportunidade, tô esperando uma nova, nunca é tarde pra gente se qualificar. Já tenho um curso técnico em agroecologia e outro técnico em meio ambiente pelo IFAP de Laranjal do Jari que eu me inscrevi aqui pelo assentamento Maracá que eu já terminei e o de agroecologia pela escola família do Maracá e tô pretendendo atingir o curso superior. Mas a educação do campo tem um papel fundamental tanto pro desenvolvimento na parte de campo quanto também o conhecimento. (Massaranduba, 2018).

Massaranduba afirma a importância da Educação do Campo para o desenvolvimento das comunidades, muito

além do acesso ao conhecimento. Sua fala é carregada de sentidos e elementos estruturados de uma liderança que percebe a profundidade e o alcance da temática com propriedade.

Dentre os temas elencados nesta fala, a especificidade da Educação do Campo como uma proposta diferenciada que vai ao encontro da realidade da comunidade e de cada região é amplamente referenciada nos teóricos que embasam a Educação do Campo (Caldart, Kolling, Hage e outros). Como resposta dos movimentos sociais a uma educação homogeneizadora com currículo e materiais didático-pedagógicos urbanocêntricos, a afirmação da realidade das comunidades do campo de cada região é a garantia de um processo de construção do conhecimento que contemple os saberes e a cultura de cada educando, direito ancorado na Constituição Federal e na LDB/1996.

O quilombola Massaranduba afirma ainda que a Educação do Campo tem um papel “fundamental com relação a essas políticas públicas” acessadas pela comunidade, pois é pela educação que se acessa o conhecimento do direito e a necessidade de luta para que este imperativo legal possa se materializar na realidade do campo.

É pela organização dos trabalhadores que estes avanços se “vão conquistando”,

não como bondade dos gestores públicos, mas como fruto da pressão coletiva dos camponeses, sendo que é um momento negativo, pois o governo atual está “retroagindo” estas políticas públicas (Janeiro de 2018 – Temer).

Num intervalo de cinco anos é apresentada uma mudança de cenário educacional na comunidade, pois onde ninguém conseguia concluir o Ensino Médio, hoje os jovens além de acessar este nível de formação, podem realizar Cursos Técnicos e, também, o tão sonhado Ensino Superior por meio do PROCAMPO e da LEDOC.

Com alegria e esperança, Massaranduba comenta sua formação com dois cursos técnicos (Agroecologia e Meio Ambiente), sendo um pela Escola Família e outro pelo IFAP, e os planos de ingressar no Ensino Superior. É uma jovem liderança que se formou na Educação do Campo e milita na defesa desta demanda.

A educação do campo ela vem como um elo principal acho que através dela talvez a gente consiga manter nossos jovens no campo, não só os jovens mas também aquelas pessoas que pensariam em sair pra estudar fora, mas como essa nova oportunidade aqui no Mazagão de ter educação do campo mais próximo e de estar na comunidade dando continuidade ao movimento social e estar estudando ao mesmo tempo eu acho que isso é

muito importante e talvez dessa forma a gente consiga reestruturar novamente, entendeu? Porque se não tiver educação acho que não se consegue nada. (Ucuúba, 2017).

A percepção de Ucuúba aproxima o campo amapaense do Ensino Superior e garante a continuidade do movimento social nas comunidades, pois essa é uma prerrogativa da pedagogia da alternância, onde os diferentes espaços se cruzam em tempos formativos tanto na universidade como nas comunidades, no trabalho e vivência familiar. Conforme apresenta Heliadora Costa (2016) em sua dissertação, o PROCAMPO e a LEDOC concretizaram a Educação do Campo de ensino superior no sul do Amapá, no município do Mazagão, para que os povos do campo tenham seus educadores formados sobre estes princípios e fundamentos epistêmicos.

Em fidelidade a estes princípios, na Amazônia amapaense a Educação não é somente do Campo, mas também das Águas e Florestas. Na aposta de Ucuúba, esta é a chance de reestruturar a região, pois sem educação “não se consegue nada”.

A luta lá atrás era pro jovem chegar num ponto assim de tocar, eu lembro do seu Pedro Ramos e li alguma coisa do Chico Mendes (que já morreu) que o sonho deles

era o Jovem ter uma faculdade no interior, muitos deles não viram isso, mas essa luta já vem de lá pra que o jovem pudesse ser um professor... eu vejo que se hoje tá nessa situação é reflexo lá de trás, já pensaram, já foi pensado, não é de hoje não. Então a gente acha que a faculdade tá aqui ou que tem uma associação, numa escola ali e acha que foi agora, mas isso já foi pensado e realizado lá. (Jequitibá, 2018).

Este recorte das bandeiras históricas na fala de Jequitibá situa as experiências de Educação do Campo no seio das lutas travadas nos anos 1970-1980 que só foram materializadas a partir dos anos 1990. A recordação de Chico Mendes, Pedro Ramos e outras lideranças históricas da primeira geração de extrativistas amapaenses que iniciaram a organização dos camponeses remete a uma raiz das conquistas que se apresentam como dadas no momento atual.

As realizações de hoje são reflexo do que foi pensado e lutado no passado. Uma faculdade próxima dos extrativistas, jovens das comunidades se formando professores são parte desta estratégia assumida e posta em curso pelo movimento social no sul do Amapá.

Hoje sim, professor, demais, que a gente aqui na faculdade a gente buscou assim alguns teóricos que ajudou a gente a melhorar aquilo que a gente já vivia antes na prática né, a gente só falava, mas

não tinha a compreensão de um teórico assim falando da prática. Então isso ajudou a gente a fortalecer essa relação de como eu era antes de entrar na universidade e agora e, além disso, a gente toma mais um pouco de cuidado, a gente amadureceu mais nessa questão de cuidado pra não passar uma informação errada, então isso fortaleceu mais a gente de antes para agora. Quando a gente entra em algum debate assim já tem uma base de algum teórico né, isso ajuda a gente a ter mais propriedade do que a gente vai falar, não é mais só eu que estou falando tem alguém confirmando o que eu tô falando, então isso pra mim ajudou muito a minha vida hoje eu acho de estar na faculdade. (Jequitibá, 2018).

A LEDOC aproximou os jovens extrativistas dos teóricos que estudam e publicam a história das lutas dos trabalhadores no campo brasileiro. A academia possibilita a familiarização com estes teóricos, seus princípios e conceitos.

Jequitibá tem mais cuidado para não passar uma informação errada, adquiriu maturidade, confiança e fortaleza em falar com propriedade sobre sua comunidade, a educação e outras bandeiras do movimento social.

O maior desafio é a compressão, ver compreender, saber o “porquê”, e isso eu espero que se dê a partir da educação, conhecimento do que é a associação, porque que nós

precisamos nos associar, a importância das organizações. Quando falo das associações, cooperativas, a organização social, um dos grandes desafios que a gente tem é tentar fazer com que as pessoas possam compreender, quando as pessoas compreender o que é melhor, nós vamos resolver nossos problemas e tudo depende muito da educação. (Mogno, 2017).

Mogno enfatiza o valor do conhecimento e da compreensão de como as coisas são, dos “porquês”, da importância da organização dos camponeses e a posição estratégica que a educação ocupa nesse processo.

Não qualquer tipo de educação, mas um processo que aproxime a construção do conhecimento com as organizações dos extrativistas, suas associações e cooperativas, ou seja, um conhecimento que sirva para a vida e para os processos de união e articulação da classe trabalhadora.

Dentre tantos desafios, a Educação do Campo se assenta numa posição estratégica e central. Com ela as lutas se articulam e as conquistas se materializam. Sem ela, as chances da organização e efetivação dos direitos dos extrativistas se distanciam e dificultam. E é o movimento social que conduz os esforços dos camponeses por uma educação de qualidade “no” e “do” campo, águas e

florestas no sul do Amapá (Caldart, 2004, p. 18).

Considerações

Este estudo possibilitou analisar em profundidade a trajetória da organização política dos extrativistas do sul do Amapá, suas conquistas e crises, suas lutas e demandas, seus desafios e novos sujeitos sociais.

O trabalho desenvolvido atendeu aos objetivos propostos e respondeu as questões levantadas no projeto de pesquisa. A escuta dos sujeitos possibilitou ampla argumentação sobre suas vivências concretas em seu território onde se trava a luta de classes e a elevação da consciência coletiva.

Os extrativistas do sul do Amapá se organizaram em sindicato unitário e no movimento social por meio do CNS. Estas ferramentas organizativas foram fundamentais para as conquistas das áreas protegidas nos anos 1990 e acesso a políticas públicas após 2002. Esta organização pautou a educação do campo e a pedagogia da alternância como fatores estruturais para as conquistas na área educacional (EFAs e LEDOC), bem como elemento aglutinador na construção de identidade própria.

Apesar das dificuldades evidenciadas, as mudanças e melhorias

identificadas nas falas dos sujeitos dão conta de que, a luta do CNS e outros movimentos possibilitaram efetivo desenvolvimento para os trabalhadores e suas famílias, sendo que as demandas que permanecem dão conta de investimentos estruturais em saúde, educação, energia, saneamento e transportes que ainda não foram efetivados pela ação estatal.

O estudo evidenciou a trajetória dos extrativistas e sua consolidação em um sujeito social com identidade própria, processo baseado no trabalho de construção das consciências e no embate e afirmação diante das outras forças externas locais, nacionais e internacionais.

Os extrativistas se perceberam e se afirmaram como classe social ao lutar contra os coronéis, empresas e patrões na defesa do seu território, sua autonomia e garantia de manutenção de seu modo de ser e de viver e de trabalhar. Seringueiros e castanheiros, perceberam na floresta em pé um marco comum na construção da categoria social identitária: Extrativistas. Trabalhadores extrativistas. Camponeses extrativistas. Juventude extrativista. Mulheres extrativistas.

A juventude e as mulheres extrativistas romperam com a trajetória de silenciamento e por meio da organização política no território e nas pesquisas e trabalhos acadêmicos. Este estudo aponta

para um marco na história do movimento social e das pesquisas da universidade ao tirar desta posição inferiorizada e explicitar suas demandas e suas maneiras próprias de construir sua luta e sua organização.

O texto está embasado nas falas dos sujeitos entrevistados como expressão de suas vivências e lutas revisitadas em sua memória e consciência de classe trabalhadora. Esta escolha por apresentar as vozes destas lideranças, jovens e mulheres extrativistas atende à opção metodológica de ouvir os sujeitos e trazer para a sistematização e elaboração as suas expressões originais, sua visão e percepção, sua autoimagem e identidade em construção.

Os limites deste texto apontam para a necessidade de outras pesquisas que ampliem o quantitativo de vozes e joguem luzes sobre outros elementos também importantes para a compreensão do fenômeno social, bem como aprofundem e esmiúcem dados aqui apresentados ainda que de forma introdutória.

A trajetória da educação do campo centrada na pedagogia da alternância aponta para uma vertente de água boa que inspira a luta dos camponeses extrativistas e de toda a classe trabalhadora para transformar sua realidade e garantir as melhorias da qualidade de vida nos seus territórios.

Referências

Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In Bauer, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 189-217). Petrópolis, RJ: Vozes.

Caldart, R. S. (2004). Por uma Educação do Campo: Traços de uma Identidade em Construção. In Arroyo, M. (Org.). *Por uma Educação do Campo* (pp. 18-25). 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Castells, M. (1980). *A sociedade em rede*. v. 1. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Castro, E. G. (2010). *Quem faz o campo das políticas públicas de juventude: demandas, bandeiras e questões*. Palestra. Ação Educativa.

Costa, H. G. P. (2016). *Políticas Públicas de Educação: um estudo sobre os programas federais de educação para o campo no Amapá* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amapá, Amapá.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. (2010). *Histórico*. Recuperado de: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/sobrenos/historico>. Acesso em 23 mar. 2017.

Demo, P. (1995). *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo, SP: Atlas.

Fernandes, B. M. (2009). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo, SP: Clacso - Editora Expressão Popular.

Filocreão, A. S. M. (2014). *A História do Agroextrativismo na Amazônia Amapaense*. Macapá, AP: UNIFAP.

Gimonet, J. C. (2007). *Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-513. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>

Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber*. Belo Horizonte, MG: UFMG.

Marx, K., & Engels, F. (2009). *A Ideologia Alemã*. São Paulo, SP: Bomtempo.

Minayo, M. C. S. (Org.). (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 2º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Nosella, P. (1977). *Uma nova educação para o meio rural*. São Paulo, SP: PUC.

Ribeiro, M. (2010). *Movimento camponês, trabalho e educação*. 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, SP: Ed Hucitec.

Sousa, R. (Org.). (2016). *Educação do Campo na Amazônia*. Belém, PA: IEB.

Touraine, A. (1994). *Crítica da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Turato, E. R. (2004). A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária. In Grebits, S., & Norteg, S. (Orgs.). *Método qualitativo: epistemologia, complementaridade e capôs de aplicação* (pp. 17-51). São Paulo, SP: Vetor.

Vieira, L. (1999). Cidadania Global e Estado Nacional. *Dados*, 42(3), 395-419.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 31/07/2019
Aprovado em: 30/09/2019
Publicado em: 19/12/2019

Received on July 31th, 2019
Accepted on September 30th, 2019
Published on December, 19th, 2019

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Marlo dos Reis

 <http://orcid.org/0000-0002-9044-1955>

Roni Mayer Lomba

 <http://orcid.org/0000-0001-6062-6142>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Reis, M., & Lomba, R. M. (2019). A pedagogia da alternância e a construção do movimento social dos extrativistas na Amazônia amapaense. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 4, e7328. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7328>

ABNT

REIS, M.; LOMBA, R. M. A pedagogia da alternância e a construção do movimento social dos extrativistas na Amazônia amapaense. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 4, e7328, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7328>